

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais



2º QUADRIMESTRE DE 2012
SALVADOR, 28 DE SETEMBRO DE 2012



**GOVERNADOR
JAQUES WAGNER**

**SECRETÁRIO DA FAZENDA
LUIZ ALBERTO BASTOS PETITINGA**

**SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA
JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO**

**CHEFE DE GABINETE
ELIECIM RODRIGUES FIDELIS**

**SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
OLINTHO JOSÉ DE OLIVEIRA**

**COORDENADORA GERAL DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E
CONTROLE FINANCEIRO (EM EXERCÍCIO)
MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA CARRERA**

**DIRETOR DO TESOURO
JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS**

**DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA
FLORISVALDO ANUNCIÇÃO DE LIMA**

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 4 |
| 2. RECEITAS | 4 |
| 2.1 Receitas Correntes | 5 |
| 2.1.1 Receitas Tributárias | 5 |
| 2.1.2 Transferências Correntes | 7 |
| 2.2 Receitas de Capital | 8 |
| 3. DESPESAS | 9 |
| 3.1 Despesas Correntes | 9 |
| 3.2 Despesas de Capital | 10 |
| 4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO | 10 |
| 5. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES | 11 |
| 6. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | 12 |
| 7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇO DE SAÚDE | 13 |
| 8. RESTOS A PAGAR | 14 |
| 9. RESULTADO PRIMÁRIO | 14 |
| 10. RESULTADO NOMINAL | 15 |
| 11. DÍVIDA PÚBLICA | 15 |
| 12. CONCLUSÃO | 16 |
| 13. GLOSSÁRIO | 18 |

INTRODUÇÃO

Este relatório objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Estado da Bahia até o 2º quadrimestre de 2012, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia. Os números aqui apresentados de forma resumida e pela relevância, são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, edição de 27 de setembro de 2012, em cumprimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº. 101/2000).

1. RECEITA

| Balço Orçamentário da Receita | | | | | Em mil Reais |
|---|--------------------------|------------------------------|-------------------------|-------------------|--------------------------------|
| Discriminação | Previsão Atualizada 2012 | Realizado - Janeiro a Agosto | | | Variação Nominal (%) 2012/2011 |
| | | 2012 | Orçamento (%) Realizado | 2011 | |
| Receitas Correntes | 27.420.038 | 19.067.795 | 69,54 | 17.028.615 | 11,98 |
| Receita Tributária | 14.950.101 | 10.285.484 | 68,80 | 9.190.578 | 11,91 |
| Receita de Contribuições | 1.539.304 | 1.142.026 | 74,19 | 975.260 | 17,10 |
| Receita Patrimonial | 352.145 | 722.218 | 205,09 | 266.985 | 170,51 |
| Receita Agropecuária | 1.922 | 117 | 6,07 | 164 | -29,05 |
| Receita Industrial | 224 | 57 | 25,41 | 38 | 51,62 |
| Receita de Serviços | 198.763 | 61.098 | 30,74 | 64.458 | -5,21 |
| Transferências Correntes | 10.643.078 | 7.267.861 | 68,29 | 6.795.810 | 6,95 |
| Outras Receitas Correntes | 1.033.481 | 503.452 | 48,71 | 683.875 | -26,38 |
| Conta Retificadora | -3.197.636 | -2.164.672 | 67,70 | -2.004.484 | 7,99 |
| Receitas Intra-Orçament. Correntes | 1.898.656 | 1.250.155 | 65,84 | 1.055.931 | 18,39 |
| Receitas de Capital | 2.480.993 | 770.578 | 31,06 | 393.347 | 95,90 |
| Operações de Crédito | 1.635.040 | 188.720 | 11,54 | 102.746 | 83,68 |
| Alienação de Bens | 107.275 | 5.279 | 4,92 | 3.881 | 36,00 |
| Amortização de Empréstimos | 104.341 | 63.990 | 61,33 | 59.047 | 8,37 |
| Transferências de Capital | 634.337 | 512.589 | 80,81 | 227.673 | 125,14 |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - | - | - |
| Subtotal das Receitas (I) | 29.901.031 | 19.838.373 | 66,35 | 17.421.963 | 13,87 |
| Superávit Financ. Exerc. Anteriores(II) | 907.951 | - | - | - | - |
| Total (III=I+II) | 30.808.983 | 19.838.373 | - | 17.421.963 | - |

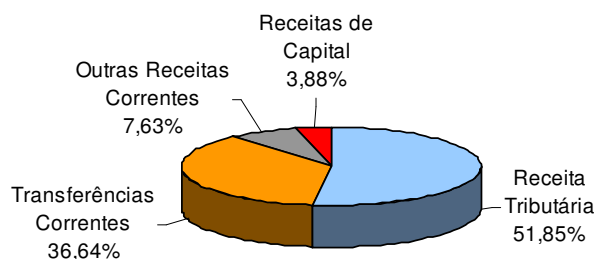
Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

As Receitas estaduais realizadas até o 2º quadrimestre de 2012, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 19,84 bilhões, representando um incremento

de 13,87%, em termos nominais, ou seja, R\$ 2,42 bilhões a mais que o arrecadado no mesmo período de 2011.

Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas Tributárias e as Transferências Correntes, com uma participação de 51,85% e 36,64%, respectivamente no total arrecadado até o 2º quadrimestre. Da previsão anual atualizada de Receitas do Estado, verificou-se uma realização de 66,35%.

Composição da Receita
2º Quadrimestre 2012



2.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem das receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras.

Foi realizado nesta categoria um montante de R\$ 19,07 bilhões, representando uma realização de 69,54% das receitas correntes anuais previstas com uma variação nominal positiva de 11,98%, em relação ao mesmo período de 2011, destacando-se nestas, as receitas Tributárias, as receitas de Contribuições e as Transferências Correntes.

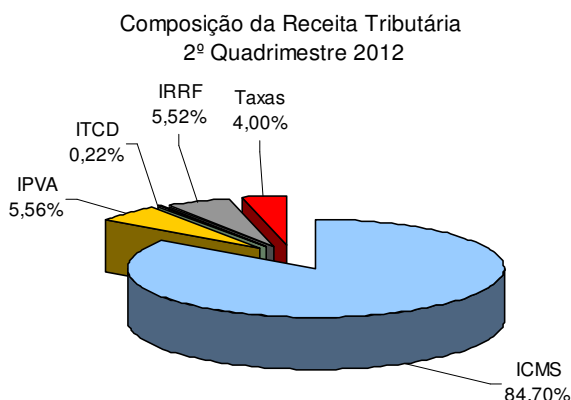
2.1.1 - Receitas Tributárias

| Receita Tributária | | Em mil Reais | | | |
|---------------------------|--------------------------|------------------------------|-----------------------|------------------|--------------------------------|
| Receitas | Previsão Atualizada 2012 | Realizado - Janeiro a Agosto | | | Variação Nominal (%) 2012/2011 |
| | | 2012 | Orçamento % Realizado | 2011 | |
| Receita Tributária | 14.950.101 | 10.285.484 | 68,80 | 9.190.578 | 11,91 |
| ICMS | 12.916.437 | 8.710.437 | 67,44 | 7.840.996 | 11,09 |
| IPVA | 648.294 | 572.140 | 88,25 | 502.834 | 13,78 |
| ITCD | 31.296 | 22.874 | 73,09 | 19.549 | 17,01 |
| IRRF | 763.626 | 568.170 | 74,40 | 471.217 | 20,58 |
| Taxas | 590.448 | 411.864 | 69,75 | 355.982 | 15,70 |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

A receita oriunda de tributos arrecadada até o 2º quadrimestre de 2012 teve um crescimento nominal de 11,91%, em relação ao realizado no mesmo período do ano anterior, atingindo um total de R\$ 10,29 bilhões. Do total previsto para o ano 2012, foi realizado até o período, 68,80%.

Na composição das receitas tributárias destaca-se o ICMS com 84,70% de participação no total arrecadado no período.



>ICMS - O principal tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços realizou de janeiro até agosto de 2012, o total de R\$ 8,71 bilhões, contra R\$ 7,84 bilhões realizados no mesmo período de 2011, significando assim, um incremento nominal de 11,09%. Este resultado positivo decorreu principalmente das ações e medidas empreendidas pela fiscalização. Do montante previsto para 2012, foram realizados 67,44%.

As demais receitas tributárias, a saber, IPVA, IRRF, Taxas e ITCD foram responsáveis por 15,30% das receitas tributárias.

>O IPVA totalizou até o 2º quadrimestre, R\$ 572,14 milhões, com um crescimento de 13,78%.

>As Taxas arrecadadas até o 2º quadrimestre de 2012 somaram o valor de R\$ 411,86 milhões, com um acréscimo de 15,70% em relação ao mesmo período de 2011.

> Com relação ao ITCD, a realização somou R\$ 22,87 milhões, apresentando um aumento de 17,01% em relação ao mesmo período de 2011.

>O IRRF totalizou R\$ 568,17 milhões, perfazendo um incremento nominal de 20,58%, resultante do realinhamento dos salários.

2.1.2 - Transferências Correntes

As Transferências Correntes representaram 38,12% das Receitas Correntes realizadas, sendo compostas pelas Transferências constitucionais e legais da União, entre outras.

| Transferências Correntes | | | | | Em mil Reais |
|------------------------------------|--------------------------|------------------------------|-------------------------|------------------|--------------------------------|
| Receitas | Previsão Atualizada 2012 | Realizado - Janeiro a Agosto | | | Variação Nominal (%) 2012/2011 |
| | | 2012 | Orçamento (%) Realizado | 2011 | |
| Transferências Correntes | 10.643.078 | 7.267.861 | 68,29 | 6.795.810 | 6,95 |
| FPE | 5.845.526 | 3.961.144 | 67,76 | 3.802.386 | 4,18 |
| IPI Exportação | 234.369 | 141.531 | 60,39 | 167.044 | -15,27 |
| CIDE | 129.821 | 68.318 | 52,63 | 97.851 | -30,18 |
| Compensação Financeira - Royalties | 274.038 | 210.115 | 76,67 | 178.480 | 17,72 |
| SUS | 1.229.452 | 861.138 | 70,04 | 733.235 | 17,44 |
| FNDE | 175.343 | 73.507 | 41,92 | 100.003 | -26,50 |
| Lei Kandir | 54.356 | 36.237 | 66,67 | 36.237 | 0,00 |
| Salário Educação | 60.700 | 65.743 | 108,31 | 56.824 | 15,70 |
| Transferências do FUNDEB | 2.376.499 | 1.678.327 | 70,62 | 1.523.790 | 10,14 |
| Transferências de Convênios | 137.707 | 125.855 | 91,39 | 89.723 | 40,27 |
| Outras Transferências Correntes | 43.268 | 45.945 | 106,19 | 10.235 | 348,88 |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Até o 2º quadrimestre de 2012, as Transferências Correntes totalizaram R\$ 7,27 bilhões, significando um incremento nominal de 6,95%. Com relação ao previsto atualizado, houve uma realização de 68,29%. Das Transferências Correntes, merece destaque pela sua relevância, a realização das Transferências da União – FPE e SUS, as quais participaram no total com um percentual de 54,50% e 11,85%, respectivamente, e as Transferências do FUNDEB, com um percentual de 23,09% no total de transferências realizadas.

> FPE – Até o 2º quadrimestre de 2012, o repasse dos recursos do FPE atingiu R\$ 3,96 bilhões, com um incremento de 4,18%, valores nominais, na comparação com o mesmo período de 2011. Foram realizados 67,76% do valor previsto atualizado para 2012.

> FUNDEB - As Transferências do FUNDEB atingiram o montante de R\$ 1,68 bilhão contra R\$ 1,52 bilhão realizado no mesmo período de 2011, ou seja, um crescimento nominal de 10,14%. Houve uma realização de 70,62% do valor previsto atualizado.

> SUS - As Transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde - SUS somaram até o 2º quadrimestre de 2012, R\$ 861,14 milhões, superior em 17,44% ao realizado no mesmo período de 2011.

> Os recursos oriundos do IPI Exportação realizados até o 2º quadrimestre de 2012 somaram R\$ 141,53 milhões, 15,27% menor em relação ao mesmo período de 2011, assim como os recursos provenientes de CIDE mostraram uma redução de 30,18% na comparação ao mesmo período de 2011, reflexo das medidas de estímulos ao crescimento da economia, adotada pelo Governo Federal. Os recursos de Royalties e Salário Educação apresentaram um crescimento nominal de 17,72% e 15,70%, respectivamente, se comparado ao 2º quadrimestre de 2011.

> CONVÊNIOS - As Transferências de Convênios apresentaram uma variação nominal positiva de 40,27%, tendo sido realizado 91,39% dos recursos previsto no orçamento atualizado para 2012, atingindo um total de R\$ 125,86 milhões.

> Com relação ao FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação observa-se uma redução de 26,50% em relação ao mesmo período anterior, sendo realizados 41,92% do previsto no orçamento para 2012, perfazendo um total de R\$ 73,51 milhões até o 2º quadrimestre de 2012. Em relação às Outras Transferências Correntes destaca-se as Transferências de Recursos da União para Ações de Defesa Civil no valor de R\$ 30,00 milhões.

2.2 - Receitas de Capital

As Receitas de Capital atingiram o montante de R\$ 770,58 milhões contra R\$ 393,35 milhões realizados no mesmo período anterior, o que significa um aumento nominal de 95,90%. Com relação ao previsto anual atualizado foi realizado 31,06% nessa rubrica.

>As Operações de Crédito totalizaram R\$ 188,72 milhões, representado um aumento em termos nominais de 83,68% em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo reflexo do ingresso dos recursos para a copa 2014. Encontra-se em tramitação, operações de crédito que tem por agentes financiadores o BIRD e o BID.

>A receita de Amortização de Empréstimos totalizou R\$ 63,99 milhões. Em relação ao mesmo período de 2011, este item apresentou um acréscimo nominal de 8,37%, enquanto que as Transferências de Capital, formada em 85,98% pelas Transferências de Convênios (R\$ 440,72 milhões), totalizaram R\$ 512,59 milhões, ou seja, um crescimento nominal de 125,14%, e foram realizados 80,81% do montante previsto atualizado.

3. DESPESAS

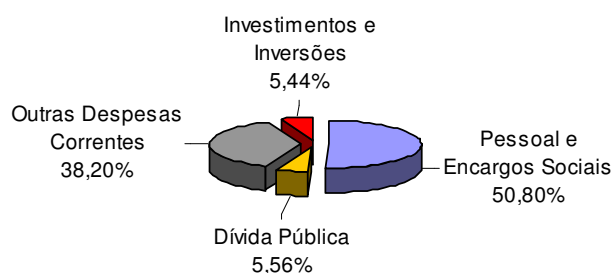
| Balço Orçamentário da Despesa | | | | | Em mil Reais |
|--------------------------------|--------------------------|------------------------------|-----------------------|-------------------|--------------------------------|
| Discriminação | Previsão Atualizada 2012 | Executada - Janeiro a Agosto | | | Variação Nominal (%) 2012/2011 |
| | | 2012 | Orçamento % Realizado | 2011 | |
| Despesas Correntes | 25.956.738 | 16.277.326 | 62,71 | 14.473.049 | 12,47 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 13.916.009 | 9.107.724 | 65,45 | 7.947.957 | 14,59 |
| Juros e Encargos da Dívida | 483.679 | 321.170 | 66,40 | 312.745 | 2,69 |
| Outras Despesas Correntes | 11.557.050 | 6.848.432 | 59,26 | 6.212.348 | 10,24 |
| Transf. Const. aos Municípios | 3.689.299 | 2.538.916 | 68,82 | 2.355.235 | 7,80 |
| Demais Despesas Correntes | 7.867.751 | 4.309.516 | 54,77 | 3.857.113 | 11,73 |
| Despesas de Capital | 4.838.347 | 1.652.068 | 34,15 | 1.742.763 | -5,20 |
| Investimentos | 2.799.431 | 768.040 | 27,44 | 856.912 | -10,37 |
| Inversões Financeiras | 484.293 | 207.543 | 42,85 | 285.262 | -27,24 |
| Amortização da Dívida | 1.554.623 | 676.485 | 43,51 | 600.590 | 12,64 |
| Reserva de Contingência | 13.898 | - | - | - | - |
| Total | 30.808.983 | 17.929.394 | 58,20 | 16.215.813 | 10,57 |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

As despesas realizadas até o 2º quadrimestre de 2012 totalizaram R\$ 17,93 bilhões, correspondentes a 58,20% do valor orçado. Em valores nominais, observa-se um crescimento de 10,57 % se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto à composição, o grupo Pessoal e Encargos Sociais, detêm 50,80% de participação no total realizado no período, seguidos das Outras Despesas Correntes com 38,20%, Dívida Pública com 5,56% e Investimentos e Inversões Financeiras com 5,44%.

Composição das Despesas Realizadas
2º Quadrimestre de 2012



3.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental.

Até o 2º quadrimestre de 2012, as despesas correntes totalizaram R\$ 16,28 bilhões, representando uma realização de 62,71% do valor fixado para o ano e um acréscimo de 12,47% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

> As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 9,11 bilhões, correspondendo a 65,45% da previsão anual e um crescimento de 14,59%, em relação ao mesmo período anterior.

> Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 321,17 milhões, correspondendo a 66,40% da previsão anual.

> As Outras Despesas Correntes que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e as Transferências Constitucionais aos Municípios, totalizaram R\$ 6,85 bilhões, correspondentes a 59,26% do fixado para o ano e um acréscimo de 10,24% em relação ao mesmo período anterior.

3.2 - Despesas de Capital

Despesas de capital constituem despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial.

Até o 2º quadrimestre de 2012, as Despesas de Capital totalizaram R\$ 1,65 bilhão. Essa categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 768,04 milhões, seguido da Amortização da Dívida com valor de R\$ 676,49 milhões, e Inversões Financeiras com R\$ 207,54 milhões.

4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Observa-se que as receitas foram realizadas em montante equivalente a 66,35% do total previsto no orçamento para o ano de 2012, e as despesas foram liquidadas no percentual de 58,20%.

| Quadro Comparativo das Receitas e Despesas | | | | | Em mil Reais |
|--|-----------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------------|
| Especificação | Receitas Realizadas | | Despesas Realizadas | | Resultado Superávit/Déficit |
| | Janeiro a Agosto 2012 | Orçamento (%) Realização | Janeiro a Agosto 2012 | Orçamento (%) Realização | |
| Correntes | 19.067.795 | 69,54 | 16.277.326 | 62,71 | 2.790.469 |
| Capital | 770.578 | 31,06 | 1.652.068 | 34,15 | -881.489 |
| TOTAL | 19.838.373 | 66,35 | 17.929.394 | 58,20 | 1.908.980 |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

O Estado gerou poupança corrente da ordem de R\$ 2,79 bilhões, absorvendo o déficit nas contas de capital de R\$ 881,49 milhões, e, por conseguinte alcançando um superávit orçamentário da ordem de R\$ 1,91 bilhão.

| Especificação | Demonstrativo do Resultado Orçamentário | | | Em mil reais |
|-----------------------------------|---|------------------|--|-----------------------------------|
| | Janeiro a Agosto | | | Variação Nominal (%) 2012/2011 |
| | 2012 | 2011 | | |
| Resultado do Orçamento Corrente | 2.790.469 | 2.555.566 | | 9,19 |
| Resultado do Orçamento de Capital | -881.489 | -1.349.416 | | -34,68 |
| Resultado Orçamentário | 1.908.980 | 1.206.150 | | 58,27 |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, dentro dos limites legais, permitido pela LRF, em cada Poder e também no Ministério Público.

| Descrição | Despesa de Pessoal x Receita Corrente Líquida | | |
|------------------------|---|-------------------|---------------|
| | 2º Quadrimestre 2012 | | |
| | Percentual Realizado | Limite prudencial | Limite máximo |
| Executivo ¹ | 45,55 | 46,17 | 48,60 |
| Legislativo | 2,56 | 3,23 | 3,40 |
| Assembléia | 1,31 | 1,78 | 1,87 |
| TCE | 0,69 | 0,86 | 0,90 |
| TCM | 0,56 | 0,60 | 0,63 |
| Judiciário | 5,49 | 5,70 | 6,00 |
| Ministério Público | 1,61 | 1,90 | 2,00 |
| Total | 55,21 | 57,00 | 60,00 |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF RCL últimos 12 meses = R\$ 20.716.157 mil

NOTA ¹ :O percentual realizado inclui o Poder Executivo mais Defensoria Pública. Considerando apenas o Poder Executivo, o percentual foi de 45,16% da Receita Corrente Líquida.

Até o 2º quadrimestre de 2012, o Poder Executivo incluindo Defensoria Pública teve um limite de pessoal realizado de 45,55%, tendo o Estado da Bahia, atingido 55,21% da Receita Corrente Líquida, ambos percentuais abaixo dos limites prudenciais e máximos, estabelecidos pela LRF, conforme demonstrado.

6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Conforme estabelecido na Constituição Federal, o Estado deve aplicar anualmente, nas despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o percentual de 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais – RLI. Devendo, portanto, ser comprovado o cumprimento deste limite no final do exercício.

Consideram-se despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

Até o 2º quadrimestre de 2012, foi aplicado o montante de R\$ 2,71 bilhões, valores liquidados, representando 23,81 % da Receita Líquida de Impostos.

| Despesas Próprias com Educação | | | | Em mil reais | |
|---|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|--|
| Descrição | Valor realizado - 2º Quadrimestre | | | | |
| | 2012 | | 2011 | | |
| Receita Líquida de Impostos realizada | 11.381.233 | 11.381.233 | 10.456.768 | 10.456.768 | |
| Estágio das Despesas Próprias com Saúde | Liquidado | Empenhado | Liquidado | Empenhado | |
| Total aplicado das Despesas Próprias com Educação | 2.709.460 | 2.884.218 | 2.368.736 | 2.477.646 | |
| % Aplicado na Manut. e Desenvolv.do Ensino¹ | 23,81% | 25,34% | 22,65% | 23,69% | |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Nota 1 : O Limite Anual estabelecido pela Constituição Federal de 25%.

Tomando-se por base os valores empenhados neste período, as despesas totalizaram R\$ 2,88 bilhões, alcançando o percentual de 25,34% da RLI, indicando, assim, que ao final do ano, as despesas com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino, alcançarão o limite constitucional anual de 25%, conforme estabelecido na Constituição Federal.

Com relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB observa-se que é um Fundo de

natureza contábil, sendo implantado em janeiro de 2007, em substituição ao FUNDEF, que tinha uma menor amplitude e não atendia, por exemplo, a creche e alunos de ensino médio.

No 1º e 2º quadrimestre de 2012, foi destinado ao FUNDEB o valor de R\$ 2,16 bilhões, tendo recebido de retorno o valor de R\$ 1,68 bilhão.

| Demonstrativo - FUNDEF / FUNDEB | | | Em mil Reais |
|------------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| Ano | Aporte | Retorno | Resultado Apurado |
| 2008 | -2.173.385 | 1.307.855 | -865.530 |
| 2009 | -2.317.838 | 1.678.147 | -639.691 |
| 2010 | -2.669.753 | 1.922.450 | -747.303 |
| 2011 | -3.046.723 | 2.201.822 | -844.901 |
| 1º e 2º Quadrimestre - 2012 | -2.162.556 | 1.678.327 | -484.229 |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

| Despesas Próprias com Saúde | | | | Em mil reais |
|---|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Descrição | Valor realizado - 2º Quadrimestre | | | |
| | 2012 | | 2011 | |
| Receita Líquida de Impostos realizada | 11.381.233 | 11.381.233 | 10.456.768 | 10.456.768 |
| Estágio das Despesas Próprias com Saúde | Liquidado | Empenhado | Liquidado | Empenhado |
| Total aplicado das Despesas Próprias com Saúde | 1.363.256 | 1.425.294 | 1.320.786 | 1.360.001 |
| % Aplicado nas Despesa Próprias com Saúde ¹ | 11,98% | 12,52% | 12,63% | 13,01% |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Nota ¹ : Limite Anual de 12% - EC 29/2000.

Até o 2º quadrimestre de 2012, o valor liquidado das despesas próprias com saúde atingiu R\$ 1,36 bilhão, correspondendo a 11,98% da Receita Líquida de Impostos e Transferências

Considerando o valor empenhado, observa-se um montante aplicado da ordem de R\$ 1,43 bilhão, com um percentual de 12,52%, superando o limite estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29/2000, significando assim, o cumprimento deste limite no decorrer do ano.

8. RESTOS A PAGAR

Do total de Restos a Pagar Inscritos ao final de 2011, foram pagos R\$ 805,34 milhões, representando um percentual de 87,79% deste montante, restando um saldo a pagar de R\$ 112,03 milhões, sendo que R\$ 105,37 milhões correspondem ao saldo do Poder Executivo, enquanto que R\$ 6,65 milhões incluem os Poderes: Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

| Demonstrativo dos Restos a Pagar | | | | | | Em mil reais |
|----------------------------------|----------------|-----------------------------|----------------|----------------|-----------------------|----------------|
| Descrição | Inscritos (a) | Liquidados ² (b) | Cancelados (c) | Pagos (d) | Varição (%) (d/(a-c)) | A Pagar |
| Poder Executivo ¹ | 916.206 | 163.714 | 25.615 | 785.217 | 88,17 | 105.374 |
| Poder Judiciário | 15.241 | 10.236 | 1.050 | 12.255 | 86,36 | 1.936 |
| Poder Legislativo | 10.671 | 3.399 | 79 | 6.191 | 58,45 | 4.401 |
| Ministério Público | 606 | 352 | 72 | 391 | 73,22 | 143 |
| Defensoria Pública | 1.487 | 63 | 25 | 1.288 | 88,11 | 174 |
| Total | 944.211 | 177.763 | 26.840 | 805.343 | 87,79 | 112.028 |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

¹ Inclui Serviço da Dívida a Pagar: R\$ 1.670 mil .

² O valor demonstrado refere-se aos Restos a Pagar Não Processados e Liquidados, conforme Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Restos a Pagar.

9. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Nessa análise, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de aplicações financeiras, de juros de empréstimos, de operações de crédito, de amortizações de empréstimos e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de título de capital já integralizado.

| Demonstrativo do Resultado Primário | | Em mil reais | |
|---|----------------------------|-------------------|--|
| Descrição | Realizado Janeiro a Agosto | | |
| | 2012 | 2011 | |
| Receitas Fiscais Correntes (I) | 18.845.864 | 16.817.886 | |
| Receitas Fiscais de Capital (II) | 512.589 | 227.673 | |
| Receita Fiscais Total (III) = (I+II) | 19.358.453 | 17.045.559 | |
| Despesas Fiscais Correntes (IV) | 15.956.156 | 14.160.305 | |
| Despesas Fiscais de Capital (V) | 788.448 | 954.000 | |
| Despesas Fiscais VI = (IV+V) | 16.744.604 | 15.114.305 | |
| Resultado Primário (III - VI) | 2.613.849 | 1.931.254 | |

Fonte : SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Nota: Meta do Resultado Primário - LDO para o ano de 2012 = R\$ 651.558 mil

No quadrimestre, o Resultado Primário foi de R\$ 2,61 bilhões, superior à meta anual estabelecida na LDO, no valor de R\$ 651,56 milhões.

10. RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos. Para o exercício de 2012, a meta do Resultado Nominal indica que a Dívida Consolidada Líquida pode aumentar até o montante R\$ 123,99 milhões.

Em relação ao exercício anterior, o Resultado Nominal realizado demonstra que houve uma redução desta dívida de R\$ 581,08 milhões.

| Demonstrativo do Resultado Nominal | | | Em mil reais |
|--|-------------------|-------------------|--|
| Especificação | Saldo | | Resultado Nominal 2º Quadr. 2012 (a-b) |
| | 31/08/2012 (a) | 31/12/2011 (b) | |
| Dívida Consolidada (I) | 11.244.355 | 10.414.665 | |
| Deduções (II) | 2.907.549 | 1.496.777 | |
| Dívida Consolidada Líquida (III) =(I - II) | 8.336.806 | 8.917.888 | |
| Receita de Privatizações (IV) | - | - | |
| Passivos Reconhecidos (V) | - | - | |
| Dívida Fiscal Líquida (III+IV-V) | 8.336.806 | 8.917.888 | -581.082 |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Nota : Meta do Resultado Nominal - LDO, para o ano de 2012 = R\$ 123.985 mil

11. DÍVIDA PÚBLICA

| Dívida Consolidada | | | Em mil reais |
|---------------------|----------------------------|------------------------|---------------|
| Discriminação | 2º Quadrimestre de 2012 | Saldo em 31/12/2011 | Variação % |
| Interna | 7.809.503 | 7.980.052 | -2,14 |
| Externa | 2.170.408 | 2.105.285 | 3,09 |
| Outras ¹ | 1.264.443 | 329.328 | 283,95 |
| Total | 11.244.355 | 10.414.665 | 7,97 |

Fonte: SICOF / SEFAZ / SAF / DEPAT / COPAF

Nota¹: Refere-se a precatórios vencidos a partir de 04/05/2000 em conformidade com LC 101/00.

Ao final do 2º quadrimestre de 2012, a dívida consolidada apresentou saldo de R\$ 11,24 bilhões, sendo R\$ 7,81 bilhões originários da dívida interna, R\$ 2,17 bilhões da dívida externa e as outras dívidas no total de R\$ 1,26 bilhão.

Comparando-se este saldo com aquele obtido ao final do exercício de 2011, verifica-se que houve um aumento de 7,97%.

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 0,40 no 2º quadrimestre de 2012.

| Dívida Consolidada Líquida / RCL | | | Em mil reais |
|----------------------------------|------------------|-------------------|--------------|
| Descrição | DCL | RCL | DCL/RCL |
| Exercício de 2005 | 12.048.374 | 10.329.111 | 1,17 |
| Exercício de 2006 | 11.616.488 | 11.360.178 | 1,02 |
| Exercício de 2007 | 10.370.837 | 12.584.607 | 0,82 |
| Exercício de 2008 | 10.240.885 | 14.237.786 | 0,72 |
| Exercício de 2009 | 9.234.947 | 14.671.427 | 0,63 |
| Exercício de 2010 | 9.057.007 | 17.372.551 | 0,52 |
| Exercício de 2011 | 8.917.888 | 19.226.970 | 0,46 |
| Em agosto de 2012 | 8.336.806 | 20.716.157 | 0,40 |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/DEPAT/COPAF

Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x RCL

Essa relação é bem inferior ao limite fixado, de 2 vezes a RCL, estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. CONCLUSÃO

Ao final do 2º quadrimestre de 2012, o Estado registrou Superávit Primário no valor de R\$ 2,61 bilhões. A Receita Total realizada no valor de R\$ 19,84 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 17,93 bilhões resultaram em Superávit Orçamentário de R\$ 1,98 bilhão.

| Metas | Em mil reais | |
|--------------------|-----------------|----------------|
| Descrição | Valor realizado | Meta Anual LDO |
| Resultado Primário | 2.613.849 | 651.558 |
| Resultado Nominal | -581.082 | 123.985 |

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

O Resultado Nominal demonstrou redução do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 581,08 milhões. Os limites referentes à dívida pública, garantias de valores e operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente, e as despesas com pessoal se situaram abaixo do limite permitido pela LRF.

Limites Legais em relação a RCL

| Descrição | Limite Realizado (%) | Limite Prudencial (%) | Limite Máximo (%) |
|---------------------------------------|----------------------|-----------------------|-------------------|
| Despesa de Pessoal | 55,21 | 57,00 | 60,00 |
| Garantias de Valores | 0,44 | - | 22,00 |
| Op. de Crédito Internas e Externas | 0,91 | - | 16,00 |
| Op. de Crédito por Antecip.de Receita | - | - | 7,00 |
| Descrição | Limite Realizado | Limite Prudencial | Limite Máximo |
| Dívida ¹ | 0,40 | 1,80 | 2,00 |

¹ Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x RCL

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

Os limites de educação e saúde apresentam percentuais que apontam para o cumprimento das metas no final do ano.

Os números apurados evidenciam, portanto, para o cumprimento das metas fiscais.

Salvador, 28 de setembro de 2012.

Observação: A Audiência Pública referente ao 2º quadrimestre de 2012 realizou-se no dia 31 de outubro de 2012, decorrente de acordo no Legislativo.

GLOSSÁRIO

Amortização da Dívida

Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Conta Retificadora da Receita Orçamentária

Conta contábil instituída pela Portaria nº328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 20% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mais as devoluções de tributos, recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertence a outro ente de acordo com a lei vigente e a renúncia de receita contabilizada.

Despesas Correntes

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades, fundos e a continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis e ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Despesas de Capital

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e outros.

Despesas Fiscais

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção da máquina pública, construções de escolas, estradas e hospitais.

Despesas Intra-Orçamentárias

São operações entre Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social, a fim de evitar a dupla contagem. São as despesas referentes às Obrigações Patronais (Funprev e Planserv).

Despesa Total com Pessoal

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. (Art. 18 da LC nº. 101/00).

Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites

Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

Dívida Consolidada ou Fundada

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

Dívida Consolidada Líquida

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescidos dos Restos a Pagar Processados e do serviço da dívida a pagar.

Estado

São abrangidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, citado como Estado, a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

Fonte de Recursos

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em

Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

Inversões Financeiras

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

Investimentos

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Metas Fiscais

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Receitas Correntes

São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

Receita Corrente Líquida

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº. 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entreguem aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Receitas de Capital

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

Receita Intra-Orçamentária

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos referidos orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

Receita Líquida de Impostos

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

Receita Orçamentária

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita realizada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

Receita Própria

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

Receitas Fiscais

São as receitas resultantes das ações precípua do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente.

Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida.

Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superávit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

SICOF

Sistema de Informações Contábeis e Financeira gerenciado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Superávit Orçamentário

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita realizada.

Realização: SEFAZ / SAF / COPAF